

EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO EM DURKHEIM E MARX

José Carlos da Silva*

Resumo

O principal objetivo do presente artigo é resgatar, de forma comparativa, as contribuições de Durkheim e Marx sobre a educação e o trabalho. Partir-se-á do pressuposto de que esses autores apresentam pontos divergentes e convergentes no que diz respeito à análise da educação e da categoria trabalho como elementos de emancipação. Diante dos desafios de os analisar e comparar, o propósito maior é responder às seguintes questões: a) Como Durkheim e Marx concebiam a educação e o trabalho? b) Quais os pontos divergentes e convergentes no que tange à questão da educação e do trabalho como elementos de emancipação humana?

Palavras-chave: Educação, Trabalho. Emancipação humana.

Educação, trabalho e emancipação em Durkheim e Marx

O principal objetivo do presente artigo é resgatar, de forma comparativa, as contribuições de Durkheim e Marx sobre educação e trabalho. Partir-se-á do pressuposto de que esses autores apresentam pontos divergentes e convergentes no que diz respeito à análise da educação e da categoria trabalho como elementos de emancipação.

A sociologia durkheimiana constitui um precioso arcabouço teórico-analítico que coloca o indivíduo ainda como ser desprovido de faculdades morais e intelectuais. A educação, para Durkheim, ocuparia o papel de socialização do indivíduo. O ato pedagógico permitiria o abandono do seu estado primitivo e egoísta. Somente com a educação ele aprenderia os valores necessários à integração ao meio social. De acordo com Marx, por outro lado, a educação teria um duplo sentido, servir de meio de exploração e reprodução do capital ou instrumento de emancipação humana.

* Doutor em Sociologia Política, professor do USJ - Centro Universitário Municipal de São José. Autor do livro "Privatizações no Setor Bancário", Florianópolis, Fundação José Boiteux, 2008, e "Quando o novo sindicalismo bancário entra em cena no Estado de Santa Catarina". Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, 2010. E-mail: jcsilvaufsc@ig.com.br.

O trabalho também ocupou papel central na análise de Durkheim. Interpretava a divisão social do trabalho como sinal de solidariedade social, interdependência dos indivíduos com o desenvolvimento de uma nova ordem social. Para o pensador francês, à medida que a indústria vai se especializando, a solidariedade tende a aumentar. Já o pensador alemão ressalta que o trabalho pode ter, assim como a educação, um duplo sentido, transformar o ser social em mercadoria ou na condição central de sua existência humana, indispensável à vida social, humanização e emancipação.

Diante dos desafios de analisar os referidos pensadores, o propósito maior deste trabalho é responder às seguintes questões:

a) Como Durkheim e Marx concebiam a educação e o trabalho?

b) Quais os pontos divergentes e convergentes no que tange à questão da educação e do trabalho como elementos de emancipação humana?

Educação: reprodução social ou emancipação?

A educação ocupou grande importância na sociologia de Durkheim. Ele a tratou como um “fenômeno eminentemente social” e, como tal, deveria ser estudada pela sociologia. O destaque do autor ao papel da educação na sociedade moderna revela sua preocupação com a integração do indivíduo ao meio social (moral). O fato de a educação criar na criança condições intelectuais, morais e físicas possibilitaria à sociedade a capacidade para se desenvolver. De acordo com Durkheim, o indivíduo é ainda um ser em formação, desprovido de faculdades morais. É através da educação que ele abandonará este estado primitivo, egoísta, e se integrará ao “reino moral”. A educação, diz, é “a socialização da criança”, na qual o educando adotará princípios morais com o educador, que garantirá as condições necessárias à sua existência, humanização e convívio social (DURKHEIM, 1978, p.42).

Segundo Durkheim, o indivíduo não nasce pronto, nem as condições biológicas lhe garantiriam a evolução, mas seu meio social. Durkheim, assim, confirmaria a tese de Rousseau, ou seja, o ser humano é o que é porque vive em sociedade.

Poder-se-á perceber, em Durkheim, que a educação que adquirimos visa a enquadrar o indivíduo na sociedade, na profissão e em seu meio moral. Notar-se-á a influência que o ambiente social exerce sobre o indivíduo, determinando seus valores, crenças. A educação, dessa maneira, forneceria os elementos à manutenção da ordem e do equilíbrio social.

Marx, ao contrário de Durkheim, dá ao ser social o poder de intervir no meio em que vive, posto que as condições da vida material é que condicionam nossa existência, nosso modo de pensar e viver. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 1984, p. 23).

É nesta perspectiva que este pensador via a educação, ou seja, com os mesmos olhos com que via a sociedade capitalista.¹ A educação era e continua sendo, para ele, um instrumento de inculcação ideológica da classe dominante. Marx reconhece, entretanto, que a educação na sociedade burguesa poderia servir de instrumento de emancipação e mudança social, pois o mesmo conhecimento produzido para o avanço tecnológico, que fragmentou o trabalho fabril, poderia ser utilizado para romper com a alienação do trabalho. A teoria marxista reconhece a escolarização promovida pelo Estado burguês como parte do aparelho ideológico, de estrutura classista e contribui, assim, para a hegemonia burguesa. Gramsci, por exemplo, afirma que o sistema educacional produz “intelectuais orgânicos” para construir a hegemonia da classe dominante², infiltrando-se nas classes subordinadas para construir sua dominação. O mesmo autor reconhece que a escolarização que as classes populares recebem é diferente da que recebem os filhos da classe burguesa. O sistema de ensino burguês cria a falsa impressão de que é democrático e produz mobilidade social³. Essa posição confronta com a teoria durkheimiana, já que o indivíduo, ao se integrar ao seu meio social, absorveria as determinações do funcionamento da estrutura social vigente e garantiria a harmonia social.

Para Marx, existiam duas escolas, uma para os filhos da burguesia e outra para as crianças da classe trabalhadora. Esta última aprenderia as habilidades técnicas necessárias ao processo de acumulação e à reprodução do capital. O capital se apropriaria do saber operário e das taxas de mais-valia para manter seu ciclo de dominação e reprodução societal.

Em seu livro, *O Capital*, Marx dedica breve atenção às condições da classe operária inglesa e às transformações econômicas e políticas com o advento da Revolução Industrial. Ao fazer uma análise da Legislação Trabalhista de 1844, percebeu a preocupação com a escolaridade das crianças. Contudo, ele descobre as contradições e a precarização do tipo de escolarização a que as crianças eram submetidas. Segundo Marx, a educação tinha como objetivo a manutenção da divisão do trabalho, ou seja, a separação do trabalho manual do

¹ Marx tratou a educação de maneira muito limitada. Seguir-se-á, no entanto, analisando algumas reflexões de Marx e a abordagem marxista do sistema educacional, com ênfase na emancipação e na mudança social.

² Gramsci tomou emprestado o conceito de “hegemonia” de Marx e Engels. Em termos gramscianos, hegemonia significa predomínio ideológico de normas e valores burgueses sobre as classes subordinadas. Ver Gramsci, 1968.

³ Ver Bourdieu e Passeron, 1977.

intelectual. Em outras palavras, sustentava que o ensino dado às crianças tinha como finalidade manter as diferenças sociais e o domínio de classe. Acreditava, porém, que a educação poderia ser uma alavanca para a emancipação e a mudança social (MARX, 1987).

Mas que educação seria essa, para Marx? Como seria a educação um instrumento de emancipação e mudança?

Marx dá poucas pistas a tais perguntas; no entanto, parece que ele acreditava que o sistema de ensino deveria romper com a alienação do trabalho, proporcionado pela divisão do trabalho (causas dos problemas sociais). Este, porém, seria o ponto da resistência dos trabalhadores frente à ideologia da classe dominante. O rompimento da alienação do trabalho poderia ocorrer a partir da educação. É a partir dela que este trabalhador construiria uma nova visão de sociedade ao romper com os laços de dominação, com o modo burguês de ver o mundo e com outras formas de exploração. Marx defendia a tese de que o processo educacional tornaria o assalariado mais qualificado e mais produtivo, pois, ao surgirem novas tecnologias, simplificar-se-iam os meios produtivos e as tarefas se tornariam mais fáceis e prazerosas. Desta forma, o indivíduo se libertaria do trabalho alienado e poderia alcançar sua emancipação humana.⁴

Sendo a educação um instrumento de socialização, como enfatizava Durkheim, permitiria ao indivíduo o desenvolvimento da sociedade em direção à divisão do trabalho, isto é, da “solidariedade orgânica”. O indivíduo, assim, torna-se dependente um do outro, contribuindo, desse modo, para uma maior harmonia social e moral. Somente a educação, segundo ele, despertaria a inteligência e a modéstia. “O ensino deve, portanto, ser essencialmente moralizador; libertar os espíritos das visões egoístas e dos interesses materiais” (DURKHEIM, 1975:159). Parece que na sociedade industrial emergente a educação, para Durkheim, exigiria do indivíduo mais especialização profissional, permitindo-lhe ocupar um papel fundamental de “socialização” na cidadania. “Trata-se de formar, não operários para a fábrica ou contabilistas para o comércio, mas cidadãos para a sociedade” (DURKHEIM, 1975, p. 159).⁵

⁴ Sobre trabalho alienado, ver Marx, 2002.

⁵ Durkheim defendia um ensino secundário mais “liberal”, ou seja, que contemplasse no currículo escolar disciplinas de filosofia das ciências, artes, história e, sobretudo, filosofia social e política. (DURKHEIM, 1975, p.159).

Trabalho, conflito e emancipação

A sociologia política de Durkheim é acusada de ignorar o problema do conflito social na sociedade industrial capitalista. Mas isso não quer dizer que a sua sociologia seja uma sociologia “conservadora”, como defendem muitos de seus críticos.⁶ Giddens, ao contrário, lembra que Durkheim foi um intelectual bastante preocupado com os conflitos sociais da sociedade europeia de sua época. É verdade que Durkheim via os conflitos sociais de seu tempo entre indivíduos e não entre grupos ou classes que lutavam por seus interesses. A ideia de “interesses”, conforme Durkheim, estaria muito mais relacionada ao predomínio do egoísmo do que ao individualismo moral. O conflito ou os diferentes interesses entre os grupos seriam, segundo Durkheim, uma fase transitória de desenvolvimento social, em que a harmonia ainda não houvesse prevalecido. Ou seja, as normas morais ou os códigos legais seriam rompidos, dando lugar assim ao egoísmo (GIDDENS, 1978, p. 78).

Marx foi um intelectual que não queria a ciência apenas como forma de análise da realidade, mas também como forma de transformação social. Durkheim, por sua vez, também considerava importante a participação de intelectuais e cientistas na vida pública, embora não estivesse “predestinado à carreira propriamente política”. Reconhecia a importância de a classe intelectual ter representante no parlamento, visto que os interesses da ciência e das artes deveriam ser defendidos. Para Durkheim, entretanto, cabia apenas ao homem de ciência contribuir para uma melhor relação entre o Estado, grupos e indivíduos. O seu trabalho não seria o de um homem público (DURKHEIM, 1975, p. 251).

Como se sabe, Marx foi um militante político nas organizações da classe trabalhadora. Como intelectual, percebeu o papel dos sindicatos na emergente sociedade industrial, em que organizações ainda eram pouco significativas e atuantes. O sindicato, em sua concepção, era um agrupamento de forças proletárias destinadas a transmitir educação de classe, isto é, escolas de solidariedade e da doutrina socialista, além de um instrumento para a “abolição do próprio sistema do trabalho assalariado”. Marx não entendia o sindicato como organização apolítica ou puramente econômica. A organização da classe operária representava um instrumento de resistência contra o capital, ou seja, contra as formas de

⁶ Entre os críticos da sociologia de Durkheim está Michael Lowy, 1994. Entre as críticas de Lowy, destacar-se-á a neutralidade científica arrolada pela sociologia positivista de Durkheim.

dominação e exploração do trabalho assalariado. Este ser social somente se emanciparia a partir desta forma de organização.⁷

Para Durkheim, os sindicatos eram os únicos agrupamentos profissionais que gozavam de certa permanência. Já as antigas corporações de ofício, menciona, apresentavam uma organização de caráter individual, fragmentado e temporário. Os sindicatos, segundo ele, mostravam ainda uma organização muito precária, pois, como associação privada, eram desprovidos de autoridade legal, bem como de uma organização federativa em que “a lei do mais forte é que resolvia os conflitos” (DURKHEIM, 1975, p. 38).

Os conflitos sociais e as desordens oriundas da vida econômica eram, conforme Durkheim, fruto da falta de uma força moral capaz de impedi-los. Como, então, os conflitos e as desordens poderiam ser superados na perspectiva da sociologia de Durkheim?

De acordo com Durkheim, a sociedade que sofre desse mal anômico necessita de uma organização civil de ofício para elaborar um sistema de regras. Não caberia à sociedade política, nem ao Estado, essa função, mas ao grupo profissional.

A defesa que Durkheim fazia da autonomia das corporações ou grupos profissionais frente ao Estado se apoiava nos relatos da história da Idade Média e da Roma dos primeiros tempos da República, em que as organizações de trabalhadores se tornaram-se parte do poder constituído.⁸

Ele defendia que as corporações profissionais formassem uma organização democrática composta por representantes do empresariado e dos trabalhadores, com assembleia eleita por eles. Tais organizações criariam as normas profissionais internas, (poderiam ter representantes no parlamento). Em sua concepção, as referidas corporações são contrapoderes ou poderes paralelos, mas não participariam do poder estatal. Sua proposta de formação de representantes dos empregadores e dos empregados, bem como dos sindicatos desses grupos sociais, é que daria origem às regras que harmonizariam a “guerra de classe” (DURKHEIM, 1975, p. 33).

O conflito de classe, para Marx, é a principal força motriz da história e da emancipação humana. Para ele, há uma preocupação com o caráter das classes sociais, ou

⁷ É esclarecedora a passagem do livro de D. Losovsky sobre Marx e as organizações da classe trabalhadora: diz Marx: “Além de seus fins primitivos, os sindicatos devem aprender desde já a atuar de maneira mais consciente, como eixo da organização da classe proletária, pelo interesse superior de sua emancipação total. Deverão apoiar todo movimento político ou social que se encaminhe diretamente a este fim. Devem levar ao mundo a convicção de que seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, alcançarão finalmente a emancipação das massas oprimidas” (LOSOVSKY, 1989, p. 9).

⁸ Durkheim esclarece que as corporações vão ressurgir na Europa por volta dos séculos 11 e 12, quando os artesãos formam novas associações profissionais.

seja, seu antagonismo e lutas, já que a transitoriedade do modo de produção dependeria, em última instância, do desenvolvimento das forças sociais antagônicas – a burguesia e o proletariado, por exemplo. No *Manifesto Comunista*, fica evidenciado seu pensamento dialético: “A história de todas as sociedades existentes até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 1982, p. 10).

No modo de produção capitalista, a burguesia e o proletariado são as duas classes substantivas e revolucionárias. A primeira construiu o capitalismo após a desagregação do modo de produção feudal e, agora, luta para conservá-lo; para isso, revoluciona constantemente os meios de produção, as relações sociais e as relações de produção. A segunda classe, o proletariado, por outro lado, luta para destruí-la e construir a nova sociedade, ou seja, o socialismo. Entre essas duas classes revolucionárias existe, porém, dizem Marx e Engels, a “classe perigosa”, ou seja, as classes médias inferiores, os pequenos industriais, os pequenos fabricantes, os artesãos, os camponeses. São classes, afirmam, conservadoras, reacionárias e não revolucionárias que fazem retroceder a “roda da história” (MARX e ENGELS, 1982, p. 103).

Poder-se-á notar que, em Marx, o proletariado surge na sociedade capitalista com a “missão histórica” de fazer a revolução socialista. Para Durkheim, o socialismo não tem o mesmo sentido que para Marx ou seus seguidores. Ele se opõe à doutrina marxista, pois não acredita no conflito de classe como “motor da história”. Como fiel seguidor de Augusto Comte, os conflitos sociais oriundos da sociedade industrial demonstram a falta de uma organização ou anomia da sociedade moderna. Durkheim nega também a ideia de muitos socialistas de que os problemas sociais seriam resolvidos com base na reorganização econômica. O socialismo durkheimiano fundamenta-se na organização e na moralização, ou seja, o socialismo é a organização da vida coletiva, que integra o indivíduo no seu meio social (moral), um grupo social apoiado na autoridade moral.

Hoje, no mundo do trabalho, muitas transformações ocorreram. O trabalhador industrial, por exemplo, vem se reduzindo fortemente pelas revoluções da microeletrônica e da robótica. O setor industrial não é mais o principal empregador da força de trabalho. O ser social que trabalha se desloca para outros setores da economia. Assistimos a uma desproletarização do trabalho industrial fabril, principalmente nos países de capitalismo avançado.⁹

⁹ Segundo Kumar, estudos sobre mudança ocupacional nos Estados Unidos, na década de 1980, revelam que 65% da força de trabalho estava na chamada “economia de informação” (KUMAR, 1997, p. 24). Para uma análise das transformações no mundo do trabalho, ver Antunes, 1999.

Na sociologia de Durkheim, a sociedade industrial da Europa do século XIX não revelava o aparecimento de novas classes em conflito.¹⁰ O que estava ocorrendo naquela época era um processo de transição da “solidariedade mecânica” para a “solidariedade orgânica”. Esta situação de aparente conflito social, conforme Durkheim, expressava uma situação ainda inacabada de “solidariedade orgânica”. A nova sociedade industrial vivia, segundo ele, num estado “anômico”, ou seja, não havia consolidado ainda a nova ordem social moral. Durkheim esperava uma evolução moral da indústria para superar a “anomia”. Acreditava que, na “solidariedade orgânica”, a justiça social e a igualdade de oportunidades iriam construir a nova ordem moral e superar as contradições sociais.¹¹

Os conflitos de classe, para Marx, como já assinalado, são inerentes à história da sociedade humana. Os conflitos surgem à medida que a sociedade se desenvolve, isto é, quando a divisão social do trabalho se intensifica, aumentando as relações de antagonismos de classe e o estranhamento do trabalho (MARX e ENGELS, 1989, p. 29).

No entanto, tanto em Marx quanto em Durkheim, os conflitos um dia iriam terminar. Ambos convergem para este ponto, representado por uma visão otimista da sociedade do futuro. Contudo, ao contrário de Durkheim, Marx pensava que a emancipação ocorreria quando o poder político mudasse de mãos, ou seja, quando a classe dominada assumisse a hegemonia política e o controle dos meios de produção. “A antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus conflitos de classe, será substituída por uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento de todos” (MARX, 1980, p. 23).

Se, para Marx, a divisão do trabalho era sinônimo de alienação, exploração, estranhamento, desumanização, para Durkheim era sinal de solidariedade social, interdependência dos indivíduos, ordem social e civilização.

O mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torná-las solidárias (DURKHEIM, 1995, p. 27).

¹⁰ Em Durkheim, a questão do conflito foi um fato, de certa forma, ignorado, como já mencionado anteriormente. Isto não significa estabelecer um diferencial entre os dois pensadores. Giddens lembra que tanto Marx como Durkheim imaginavam uma sociedade “desprovida de classes” (GIDDENS, 2001, p.203).

¹¹ Giddens supõe que a “desigualdade externa” de que fala Durkheim, ao ser superada pela solidariedade orgânica, conduziria a uma sociedade sem classes, em que o conceito de “classe” perderia sentido. Diz Giddens: “A ordem social madura, tal como a encara Durkheim, há de ser lateral e hierarquicamente diferenciada; afinal de contas, sua base é a divisão diferenciada do trabalho. Mas será uma sociedade justa no sentido de que nela prevalecerá igualdade de oportunidades” (GIDDENS, 1978, p. 22).

Por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização (op. cit., p. 14).

A divisão do trabalho, no dizer de Durkheim, normalmente produz solidariedade; no entanto, algumas vezes tem resultados diferentes ou opostos. Que resultados diferentes ou opostos seriam esses? Na concepção durkheimiana, à medida que a indústria se especializa e se desenvolve, o antagonismo entre capital e trabalho diminui e a solidariedade, conseqüentemente, aumenta. Na Idade Média, ressalta Durkheim, operários e patrões compartilhavam seus trabalhos e faziam parte da mesma corporação. Os conflitos eram muito mais raros. No século 15, porém, esses antagonismos começam a mudar. As corporações passam a ser entidades exclusivas dos donos dos meios de produção. Dessa forma, as reivindicações operárias começam a se tornar mais frequentes. Mas é somente no século 18, com o surgimento da Revolução Industrial, a intensificação da divisão do trabalho e a completa separação do patrão do operário, que as revoltas se tornam mais comuns. Esta tensão era resultado, segundo ele, da pouca oportunidade que o trabalhador tinha de encontrar algo melhor. Em uma pequena indústria, em que a divisão do trabalho é menor, tal tensão é substituída por uma relativa harmonia das relações entre patrão e operário (DURKHEIM, 1995, p. 370).

Em *A Divisão do Trabalho Social*, Durkheim diz que, à medida que a sociedade caminha para formas de organização social mais complexas, a solidariedade mecânica tende ao enfraquecimento devido à intensificação da divisão do trabalho. Isto revela que estamos nos aproximando cada vez mais de uma sociedade mais evoluída, em que a solidariedade orgânica já está presente. Durkheim percebe estas mudanças da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica quando examina o desenvolvimento dos sistemas de leis. Ele sabia que as mudanças nos códigos legais possibilitariam perceber a ordem moral nesta sociedade. Na concepção durkheimiana, o predomínio da “lei repressiva” indica o predomínio da solidariedade mecânica. Por outro lado, ao verificar a existência de “sanções restritivas”, características do direito civil e comercial e, portanto, de sociedades mais complexas, onde há uma maior complexidade da divisão do trabalho, predomina a solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1995).

O resultado moral que a divisão do trabalho provoca na sociedade é a questão mais importante para Durkheim. Sua função, diz, é criar entre os indivíduos “um sentimento de solidariedade”, ou seja, de integração, unidade e harmonia social. Por conseguinte, é a base da ordem moral, já que é a partir dela que os indivíduos constroem sua felicidade. Quanto

mais o trabalho se divide, maior é o grau de satisfação humana e de progresso social. No pensamento durkheimiano, o que levaria o indivíduo a se aperfeiçoar cada vez mais em seu trabalho é justamente a necessidade da busca da felicidade (DURKHEIM, 1995, p. 224). A divisão do trabalho, como já afirmado, produz solidariedade. É deste modo que as pessoas se ligam umas às outras dentro de um sistema de direitos e deveres mais permanente e duradouro.

O trabalho, para Marx, é também uma categoria sociológica central de análise. É a partir do trabalho e pelo trabalho que este ser social pode se emancipar; todavia, não o trabalho que a sociedade moderna burguesa criou. Segundo Marx, diferente de Durkheim, a sociedade capitalista transformou este ser social em mercadoria, tornando-a uma força de trabalho que vende o trabalho para sobreviver em troca de um salário. Em outras palavras, o trabalho, no pensamento de Marx, é a condição da sua existência humana, indispensável à vida social para sua sociabilidade, reprodução, humanização e emancipação. Mas o trabalho transformou-se, aos olhos deste trabalhador, enfatiza Marx, em sacrifício na sua vida.

A força de trabalho é, assim, uma mercadoria que seu possuidor, o assalariado, vende ao capital... Mas a força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se os meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalho para viver. Para ele próprio, o trabalho não faz parte de sua vida; é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro (MARX, 1977, p. 69).

É somente a partir do trabalho que este ser social se transforma e transforma a sociedade e a natureza. Poder-se-á afirmar que o trabalho constitui, na filosofia de Marx, uma categoria central para a mudança e emancipação do ser social. Pelo fato de o modo de produção capitalista transformar este ser em mercadoria, o trabalho deixa de ser uma atividade vital e se torna desumana. Quando o ser humano não consegue se realizar através do trabalho, ele se torna estranhado, isto é, torna-se mercadoria, sua única forma verdadeira de subsistência. Na sociedade capitalista, o trabalhador se depara com obstáculos que lhe impossibilitam a sua emancipação e o conduzem à humilhação. É deste modo que o trabalho, segundo ele, deixou de ser uma atividade emancipadora e vital para tornar-se odiosa, um suplício. Durkheim, todavia, como enfatizamos, via o trabalho como socialização e estabelecimento da nova ordem moral. Marx, por seu lado, o via como apropriação do capital que desumaniza e restringe a emancipação humana.

Acredita-se que o trabalho é a esfera emancipadora e principal fator de sociabilidade

do indivíduo, uma vez que o ser humano se constitui pelo trabalho. Então, de acordo com Marx, não seria pelo ato de produção e reprodução material que o indivíduo se tornaria social e diferente de outras espécies não-humanas? Não seria dessa forma que ele idealizaria na consciência a sua razão de existir? Não seria correto afirmar que o ato laborativo é um ato consciente, e não simplesmente uma necessidade biológica? Não é, portanto, o trabalho a categoria fundante do ser social que estabeleceria a mediação metabólica entre ser humano e natureza, permitindo satisfazer as necessidades vitais e de reprodução de sua vida? Não seria o trabalho que daria origem à vida social e lhe proporcionaria a emancipação social? E não seria também a educação, na chamada sociedade de informação, a principal esfera de progresso humano e de solidariedade tão defendidas por Durkheim? Não seria ainda por meio da educação e do trabalho que construiríamos uma nova sociedade, ou seja, mais orgânica (Durkheim), ou sem conflitos de classe, com seres sociais definitivamente emancipados, como sonhava Marx?

EDUCATION, LABOR AND EMANCIPATION DURKHEIM AND MARX

Abstract

The main objective of this paper is to rescue, comparatively, the contributions of Durkheim and Marx on education and work. It is assumed that these authors present divergent and convergent standpoints with respect to the analysis of education and work category as elements of emancipation. In face of the challenge of analyzing and comparing these thinkers, the main purpose is to answer the following questions: a) How did Marx and Durkheim see education and work? b) What are the divergent and convergent standpoints with respect to the issue of education and work as elements of human emancipation?

Keywords: Education. Employment. Human emancipation.

Referência

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOURDIEU, P. and PASSERON, J. C. *Reproductin*, Beverly Hills: Sage, 1977.

DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- _____. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- _____. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A Ciência Social e Ação Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- GIDDENS, A. *As idéias de Durkheim*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- _____. *Em defesa da sociologia*. Ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Ed.Unesp, 2001.
- GRAMSCI, A. *Intelectuais e Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KUMAR, K. *Da Sociedade Pós-industrial à Pós-moderna*. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LOSOVSKY, D. *Marx e os Sindicatos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Achimé, 1982.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Difel, 1987.
- MARX, K e ENGLS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: Ed. Villa Martha, 1982.
- MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. In: *Os Pensadores*, Abril Cultural, 1977.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Recebido: março/2010
Aprovado: outubro/2010